

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
GRUPO DE ESTUDOS EM ECONOMIA INDUSTRIAL

1º RELATÓRIO DE ATIVIDADES - FAPESP

A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTRAFIRMA NOS FLUXOS
COMERCIAIS DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
FLUXOS DE EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, UTILIZANDO A
HIPÓTESE DE BAUMANN

Aluna: Adriana Brógio
Professor Orientador: Dr. João E. P. M. Furtado

Araraquara- Maio/99

APRESENTAÇÃO

Este relatório parcial descreve as atividades que se realizaram até o momento no âmbito do projeto “Crises e rumos da reinserção internacional da economia brasileira - Uma análise a partir dos fluxos comerciais e de investimento direto estrangeiro” que está sendo desenvolvido de forma integrada no GEEIN - Grupo de Estudos em Economia Industrial.

Este início de trabalho está sendo realizado de forma conjunta com os demais bolsistas e encontra-se dividido em três partes básicas. A primeira parte refere-se à revisão bibliográfica realizada por todos os membros do GEEIN. Já a segunda parte, e também a mais importante, refere-se à classificação detalhada das maiores empresas importadoras e exportadoras do Brasil nos anos de 1989 e 1997. Esta classificação também está sendo desenvolvida de forma articulada com os outros membros do grupo e somente depois de se concluir esta etapa, poderá cada bolsista dar seguimento ao seu projeto individual. Não obstante este aspecto, cumpre ressaltar que todas as atividades e os resultados são discutidos no grupo, com os bolsistas e o coordenador. Visando dar continuidade à pesquisa, outras atividades estão sendo desenvolvidas de forma paralela às outras duas anteriores.

I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

INTRODUÇÃO

A globalização no seu estágio atual, coloca sérios desafios para os países em desenvolvimento. As fronteiras nacionais perderam relevância, com as grandes empresas aumentando a sua liberdade de movimentos, aumentando cumulativamente os processos de abertura e de liberalização. Essa grande liberalização do comércio internacional teve como efeito facilitar as operações dos grupos industriais multinacionalizados (Chesnais, 1996).

Até o início dos anos 80, o sistema capitalista mundial abriu várias oportunidades para o desenvolvimento dos países mais avançados da periferia.

Foi durante o ciclo expansivo de 1956-60, sob o governo Kubitschek que o Brasil conseguiu atrair investimentos diretos estrangeiros em setores como o automobilístico, mecânico e material elétrico. Esses investimentos sem dúvida contribuíram para a modificação do perfil da indústria brasileira, concretizando um grande salto no processo de

industrialização¹.

Na década de 70, particularmente depois de 1973, o Brasil conseguiu conectar-se ao novo mercado de crédito, através da contratação de empréstimos em grande escala, para sustentar o último ciclo de substituição de importações (II PND, governo Geisel). Mas, após 1979, com a alta da taxa de juros externos (que haviam sido contratados em regime flutuante), essa política de endividamento externo foi duramente atingida.

Dois fatores, na década de 80, foram responsáveis pela aceleração nas formas de internacionalização que prevaleciam anteriormente, e que levaram à globalização: primeiro, a desregulamentação financeira e o conseqüente desenvolvimento da globalização financeira; e segundo, o papel das novas tecnologias que funcionam como fator de intensificação dessa globalização.

O Brasil e toda a América Latina foram afetados por todas essas grandes transformações tecnológicas e organizacionais bem como pela integração restrita da economia mundial. Foi justamente nesses anos que o Brasil teve uma perda de sua posição no comércio internacional.

Se os anos 80 foram de certa forma negros para a economia brasileira devido à grande transferência de recursos para os credores internacionais, no início da década de 90 houve uma grande reviravolta, devido à recessão que se iniciou nos Estados Unidos e que depois propagou-se entre os países do G-7 no triênio 1990-92. Isto proporcionou uma redução nas taxas de juros internacionais, como tentativa de recuperar o crescimento e a fragilidade financeira dos sistemas bancários no mundo desenvolvido. Este cenário permitiu aos mercados emergentes atrair capitais financeiros em escala crescente no triênio 1991-93.

O PLANO REAL

Em meados de 1994, o Brasil iniciou o seu processo de estabilização - Plano Real- baseado em juros muito elevados e na manutenção de uma taxa de câmbio significativamente defasada. Essa apreciação da taxa cambial reduziu sensivelmente o nível de proteção da indústria brasileira, levando-a a dificuldades cada vez maiores face à

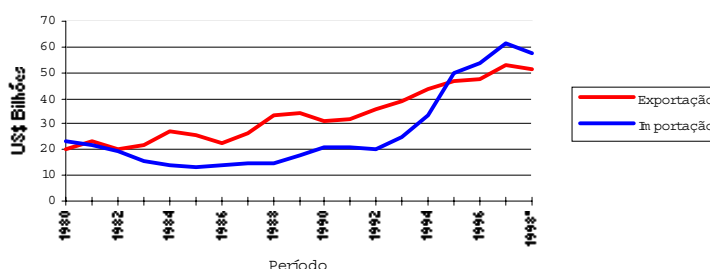
¹ Os investimentos públicos e estatais na área de infra-estrutura e indústria de base também foram de fundamental importância.

concorrência externa. O Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira editado em 1993, já havia alertado sobre o problema de se valorizar a taxa de câmbio. Segundo este estudo deveria se “evitar a sobrevalorização da taxa de câmbio, que fragiliza o Balanço de Pagamentos, promove a desindustrialização e desincentiva as estratégias de exportação” (ECIB, 1993, página 55).

O saldo da Balança Comercial mudou de uma posição superavitária em 1994 (posição que se mantinha desde 1983) para uma situação de crescente desequilíbrio nos anos seguintes (veja gráfico abaixo). Esta reversão nos saldos pode ser observada particularmente na indústria de transformação, acarretando por conseguinte efeitos debilitadores sobre seu potencial de crescimento e seus efeitos na economia.

GRÁFICO 1

Evolução das Exportações e Importações (1980-1998)



Fonte: Boletim Banco Central do Brasil e para o ano de 1998: Conjuntura Econômica, Jan/1999.

Não resta dúvidas de que a apreciação cambial juntamente com juros elevados, num contexto de abertura comercial, foi ingrediente vital para o processo de desinflação. Em contrapartida, é visível que esta política foi desfavorável para o desempenho das exportações.

TABELA 1 - TAXAS DE CRECIMENTO DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES

	1990-94	1994-96
Exportações	8,5%	4,7%
Importações	12,4%	27,1%

Fonte dos dados básicos: SECEX

A tabela acima nos mostra que a taxa de crescimento das exportações se reduziu de 8,5% a.a - período de pré-estabilização - para 4,7% a.a em 1994-96. As importações, no

entanto, aumentaram significativamente passando a sua taxa de 12,4% a.a em 1990-94 para 27,1% a.a em 1994-96.

É importante observar que a aceleração das importações é generalizada, destacando-se forte crescimento recente das importações de bens finais de consumo, de matérias-primas e produtos intermediários, o que trouxe efeitos desfavoráveis sobre o desempenho da indústria nacional.

TABELA 2
O AUMENTO DO COEFICIENTE DE PENETRAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
IMPORTAÇÃO SOBRE PRODUÇÃO (%)

GRUPO	SETORES	1993	1996
1	Bens de Capital seriados e Bens eletrônicos	29%	entre 65% e 75%
2	Matérias-primas, químicas, Fertilizantes, Resinas	entre 20% e 26%	entre 33% e 42%
3	Autopeças, Têxteis naturais, Bens de capital sob encomenda, Borracha	entre 8% e 15%	entre 20% e 25%
4	Farmacêutica, Não-ferrosos, tratores, eletroeletrônicos domésticos, Vidro, Químicos diversos	entre 7% e 11%	entre 13% e 16%
5	Têxteis sintéticos, Eletrodomésticos, Petroquímicos intermediários, Veículos, alimentos, papel e papelão	entre 3% e 6%	entre 9% e 12%
6	Bebidas, calçados, Plásticos, Laticínios, Higiene e Limpeza, Alimentos semi-processados	entre 0,7% e 3%	entre 4% e 8%
7	Produtos tipicamente não-transacionáveis (cimento, matérias-primas e produtos pesados)	0,5% a 2,5%	1% a 4%

Fonte: Tabela 2 da Nota técnica AP/DEPEC nº9/97 (BNDES) “Abertura comercial e indústria: atualizando os resultados”, de Maurício M. Moreira, março de 1997, citado e retirado de Coutinho (1997).

O peso das importações sobre a produção no país já vinha crescendo de forma expressiva desde 1990, como resultado da abertura econômica promovida pelo governo Collor, mas aumentou de forma espetacular depois do Programa de Estabilização.

Este processo desencadeou em alguns setores uma forte desnacionalização da indústria, principalmente naqueles em que as empresas brasileiras financeiramente mais frágeis foram colocadas em situações desiguais de competição (setor de eletrodomésticos, autopeças, alimentos, higiene e limpeza). Apenas nos setores tipicamente domésticos, de grande escala de produção, onde a competitividade brasileira ainda é forte, o efeito não foi

violento².

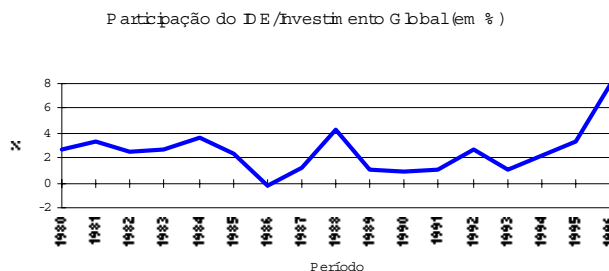
Em resumo, pode-se dizer que toda esta política fez-nos pagar um preço elevado e não facilmente reversível, isto é, do “*aumento estrutural e continuado do patamar de importações com simultâneo enfraquecimento do dinamismo das exportações industriais e significativa deterioração da posição comercial brasileira*” (Coutinho, 1995).

O INVESTIMENTO NA DÉCADA DE 90

A economia brasileira, na 2ª metade dos anos 90, conforme visto anteriormente, vem passando por um período de profundas transformações produtivas, organizacionais e patrimoniais. O aprofundamento da internacionalização produtiva reflete-se sobretudo no crescente e significativo fluxo de investimento direto estrangeiro, mas também nos maiores fluxos comerciais. Estes diferentemente do que ocorreu no período anterior, caracterizam-se por um crescimento mais que proporcional das importações vis-à-vis o produto industrial e as exportações, resultando em perda de *market share* da produção doméstica e em elevados e sistemáticos déficits comerciais.

A expressiva evolução dos fluxos de investimento direto estrangeiro no Brasil, a partir de 1994, pode ser confirmada por sua crescente contribuição para o investimento global da economia e para o PIB, superando as contribuições da década de 80.

GRÁFICO 2



Fonte: Barros (1994) e Anexo II do Boletim do Banco Central do Brasil, dezembro 1996, retirado de Laplane & Sarti (1997).

O aumento do investimento direto estrangeiro e sua crescente participação no investimento global são dimensões importantes do aprofundamento da internacionalização

² Deve-se citar duas exceções: setor automobilístico (montadoras) e de têxteis sintéticos cujos coeficientes de penetração retrocederam por forças de esquemas especiais de proteção.

produtiva da indústria brasileira nos anos 90. O fluxo de investimento direto estrangeiro do início dos anos 90 esteve fortemente associado a um processo de racionalização e modernização da estrutura produtiva.

Nesses anos, adotaram-se algumas estratégias³ de especialização e de complementaridade produtiva e comercial. Isto está ligado à necessidade de se reduzir custos e aumentar a competitividade, para fazer frente às importações e, em menor medida, para a busca de novos mercados que pudessem suprir, de forma parcial, a perda de mercado doméstico restringido.

A partir de 1994, os fluxos de investimento direto estrangeiro, não apenas são mais volumosos e por isso decisivos para o financiamento do déficit em transações correntes, como também representam a criação ou expansão da capacidade produtiva para atender um mercado interno em expansão, inclusive com a entrada de novas empresas com atuação expressiva no oligopólio mundial e até então ausentes do oligopólio local.

Segundo Bielschowsky, com relação a essas decisões de investir combinam-se sinais “favoráveis” e “desfavoráveis”:

Favoráveis:

- êxito no controle inflacionário;
- aumento dos salários reais em cerca de 30% (julho de 94 e fins de 97) o que conduziu a uma importante elevação na demanda dos trabalhadores;
- restabelecimento do financiamento do consumo de bens duráveis.

Desfavoráveis:

- oscilação no nível de atividade econômica nos últimos anos⁴;
- o controle inflacionário foi obtido com a ajuda de uma forte apreciação da taxa de câmbio;
- Balanço de Pagamentos passou de uma situação de equilíbrio nas transações correntes no período de 84-93 a uma situação deficitária

³ São exemplos dessas estratégias o abandono de linhas de produtos com escalas de produção inadequadas, estruturas de custos não competitivas, aprofundamento do processo de terceirização para atividades produtivas e não apenas complementares e a elevação do conteúdo importado decorrente da substituição de fornecedores locais por externos.

⁴ A partir de 1994 passou-se a ter uma redução nas taxas de crescimento do PIB

em 95,96 e 97;

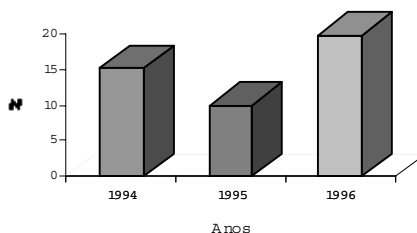
- o déficit do setor público chegou a 4,8% do PIB em 1995, em 1996 e 1997, embora tenha havido uma melhora ainda alcançou respectivamente, 3,9% e 3,3% do PIB;
- as taxas de juros praticadas no Brasil que se encontravam entre as mais altas do mundo.

O quadro macroeconômico deu lugar a uma atitude de cautela por parte dos empresários, onde as preocupações que mais se destacavam referiam-se à valorização cambial e ao déficit externo, por um lado, e juros elevados, dívida pública e déficit público, por outro.

Baseado em informações fornecidas pelo Bacen pode-se obter uma estimativa do estoque acumulado de investimento estrangeiro em 1996: US\$ 77 bilhões (computados também os investimentos em portfólio) (Laplane & Sarti, 1997). Dessa forma, a taxa de crescimento anual do estoque de capital investido no Brasil teria sido de 15,3% em 1994, caindo para 10% em 1995 e dobrando em 1996 com cerca de 19,9%. Vale ressaltar que mais da metade do investimento acumulado até junho de 1995 concentrava-se na indústria de transformação (53,2%). Em 1989, antes do processo de abertura comercial e da crise econômica do governo Collor, esta participação era da ordem de 71,1%, sendo reduzida paulatinamente ao longo dos anos 90⁵.

GRÁFICO 3

Taxa de crescimento anual do estoque de capital investido no Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil

⁵ Todos os setores industriais perderam participação, ainda que com intensidades diferenciadas, no estoque

O setor de serviços (pela metodologia do Banco Central, inclui os investimentos em portfólio) era responsável por apenas 23% do estoque de investimento total em 1989, praticamente dobrou esta participação em 1995: 42,5%. Além desses investimentos em portfólio, o avanço do processo de privatização de serviços de utilidade pública: energia elétrica, telecomunicações, transportes, entre outros deverá atrair novos e crescentes fluxos de capitais estrangeiros neste setor de atividades (Laplane & Sarti, 1997).

As empresas estrangeiras ainda possuem um papel fundamental para a captação externa de recursos. Conforme já visto, os fluxos de investimento direto estrangeiro têm sido crescentes nos últimos anos. No que diz respeito à balança comercial, observa-se uma crescente contribuição direta ou indireta das empresas estrangeiras nos maiores fluxos de importações e, ao contrário, um esforço exportador relativamente menor nos períodos de retomada de demanda interna.

O PERÍODO PÓS-PLANO REAL

O desempenho da indústria brasileira pós-Plano Real apresenta fortes diferenças setoriais. Mesmo com a conquista da estabilidade de preços, a evolução da indústria brasileira ainda continuou longe do dinamismo de outras épocas. Segundo Bielschowsky, o seu nível de atividade dessa indústria em 1997 foi praticamente igual ao de 1989 e não muito superior ao de 1980, ano que marcou o término do ciclo de industrialização que se iniciou na década de 40 com auge nos anos 70.

Na presente década, a indústria brasileira é marcada pela forte elevação na produtividade por trabalhador associado à reestruturação com redução do emprego⁶. A partir de 1995, os ganhos de produtividade estão predominantemente associados à incorporação de novos equipamentos poupadores de mão-de-obra e redutores de custo de um modo geral. No período anterior a este (1991 a 1994), a produtividade se elevou graças ao processo de racionalização por que passou o setor industrial.

Setores como os de bens de consumo duráveis (destaque para os segmentos automobilísticos, eletrônico e eletrodomésticos) e o de bens não-duráveis (alimentos,

total de investimentos neste período.

⁶ Segundo o IBGE, o emprego industrial em 1996 correspondeu a dois terços do que se registrava em 1989 e pouco mais da metade que se registrava em 1980.

bebidas, higiene e limpeza) obtiveram um expressivo crescimento da produção e das vendas. Isso ocorreu, em grande parte, graças ao controle inflacionário e pela expansão do crédito para consumo que certamente beneficiou o desempenho desses setores.

TABELA 3
 TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - 1980/96 (%)

Discriminação	1980/89	1990/93	1994/96	1990/96
Indústria geral	1.10	0.38	3.56	1.91
Indústria de Transformação	0.88	0.32	3.39	1.84
Indústria extrativa	7.29	0.77	4.89	2.81
Bens de capital	-1.92	0.21	0.08	0.14
Bens intermediários	1.66	0.23	2.93	1.57
Bens de consumo	1.60	2.07	5.03	3.54
duráveis	0.09	5.55	12.72	9.08
não-duráveis	1.90	1.44	3.13	2.28

Fonte de dados primários: IBGE - Elaboração UNICAMP, IE, NEIT, retirado de Laplane & Sarti (1997).

Se de um lado têm-se os setores que foram beneficiados pelo Plano Real, de outro têm-se setores que passaram por uma fase de crescente fragilização produtiva e financeira quando não por uma retração no nível de suas atividades. Como exemplo, pode-se citar os vários segmentos dos bens de capital (em especial equipamentos mecânicos), de fabricantes de matérias-primas, insumos e componentes (autopeças, componentes eletrônicos, têxteis, farmacêuticos etc).

O desempenho assimétrico entre estes grupos é *“resultado de um processo de especialização e de complementaridade produtiva e comercial das grandes empresas, com importação crescente de peças e componentes iniciado por fabricantes de bens finais, a partir da abertura da economia brasileira em 90 e acentuado nos últimos tempos, em função do câmbio e da disponibilidade de financiamento externo para importação”* (Laplane & Sarti, 1997).

Em resumo, estas empresas desverticalizaram-se, especializaram-se e direcionaram parte de suas compras ao exterior. Esta reestruturação levou a aumentos de rentabilidade e dos níveis de competitividade, redução de custos operacionais e financeiros. Este processo levou a uma redução nos índices de nacionalização dos bens finais promovendo redução ou fechamento de linhas de produção para trás na cadeia produtiva, com substituição de fornecedores locais por estrangeiros e trouxe também impactos negativos na Balança Comercial.

A geração dos déficits comerciais deve ser atribuída basicamente à evolução das importações e apenas em menor medida ao desempenho das exportações. Isto pode ser exemplificado com o comportamento da indústria de eletroeletrônica, com participação elevada e crescente do capital estrangeiro e que tem concentrado parcela significativa dos fluxos de investimento direto estrangeiro. Dados da ABINEE para 1995, indicam que, para um faturamento de US\$ 28,2 bilhões, realizaram-se importações de US\$ 8,8 bilhões contra exportações de US\$ 2,8 bilhões. Para produtos farmacêuticos, que possuem elevada participação de empresas estrangeiras, cada US\$ 1 exportado correspondeu à importação de US\$ 6. (Laplane & Sarti, 1997). De acordo com esses autores, a hipótese é de que, em grande parte, o aumento das importações globais e setoriais se deve ao processo de redução nos índices de nacionalização dos bens finais.

Além disso, o déficit comercial brasileiro vem crescendo com relação aos países-sede que controlam o capital das principais empresas estrangeiras instaladas no Brasil: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Itália e Suécia.

Constata-se ao observar a pauta de importações com estes países o crescimento de importações de matérias-primas e componentes para o setor automobilístico (Alemanha, Japão, Itália e França), eletroeletrônico (Estados, Alemanha, Japão), informática (Estados Unidos, Japão e França) e farmacêutico (Estados Unidos, Alemanha, Japão e França).

Estas informações são relevantes pois permitem pensar na possibilidade de que o crescimento dessas importações deva ser atribuído a um maior comércio intrafirma ou mesmo entre as filiais das empresas aqui instaladas e os fornecedores mundiais da corporação.

TIPOS DE INVESTIMENTOS

Com relação ao tipo de investimentos que as empresas estão realizando, pode-se citar dois tipos:

- os chamados investimentos em “modernização” que são aqueles feitos para repor equipamentos, desobstruir gargalos e reduzir custos;
- investimentos em “expansão” - investimentos em expansão de plantas, em novas plantas e em novos produtos.

A tabela abaixo permite verificar que os investimentos estão majoritariamente concentrados em redução de custos e além disso, que o volume de investimentos em “expansão” e “novos produtos”, projetados pelas empresas para os próximos anos cresce em relação aos investimentos em “modernização”.

TABELA 4
 Objetivo(s) dos investimentos fixos das empresas
 (% das empresas da amostra⁷ que apontam o objetivo listado como predominante)

	1992-94	1995-96	1997-99
Redução dos Custos	52.2	61.9	54.0
Reposição de Equipamentos	57.3	55.2	49.0
Desobstrução de gargalos	30.2	43.4	32.9
Expansão de plantas	33.3	41.7	47.4
Novos produtos	27.1	39.2	57.3
Novas plantas	11.4	20.4	32.9

Fonte: CNI/CEPAL sobre investimentos na indústria brasileira, 1995-99, Rio, CNI, 1997, retirado de Bielschowsky in Investimentos na Indústria Brasileira depois da Abertura e do Real: o mini-ciclo de modernizações, 1995-97.

Segundo o trabalho realizado por Bielschowsky, o que vem movendo o investimento em redução de custos é a necessidade de evitar perdas nos custos enraizados (“*sunk cost*”), ou seja, uma situação que caracteriza a “irreversibilidade” dos investimentos realizados no passado. Já no caso dos novos investimentos (em novas plantas e em novos produtos) a consciência da “irreversibilidade” surge como uma atitude de cautela por parte do empresário. Dessa forma, no primeiro caso, o empresário está sendo compelido ao investimento para sobreviver e, no segundo, ele o está evitando, devido ao risco de incorrer em perdas futuras.

Em linhas gerais, com a abertura e com a evolução da taxa de câmbio as empresas tiveram que se submeter a uma forte reestruturação nas suas funções de produção e em sua composição de compras.

FATORES DE ATUAÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

De acordo com Dunning, três são os fatores que promovem a internacionalização produtiva das empresas estrangeiras.

⁷ Esta amostra é fruto de um trabalho desenvolvido por Bielschowsky. As empresas responderam à seguinte questão: “para cada um dos períodos, assinale em quais dos tipos abaixo se enquadram, **predominantemente**, os investimentos em capital fixo de sua empresa (aceita-se várias respostas)”.

- **vantagens de localização:** estas referem-se a fatores naturais (adquiridos ou criados institucionalmente) que tornam atraente a localização da produção dessas empresas em diversos países;

- **vantagens de propriedade:** concernem à propriedade de ativos (produtivos, tecnológicos, financeiros) colocando essas empresas em condição vantajosa em relação aos produtores locais;

- **vantagens de internalização:** dizem respeito à comparação do custo e do risco envolvidos na instalação de uma filial própria e na associação ou licenciamento a um produtor local.

Esses três tipos de vantagens explicam as decisões de investimento direto estrangeiro das empresas estrangeiras, sendo que os investimentos dessas empresas podem visar os seguintes objetivos principais:

- exploração de recursos locais
- exploração do mercado local
- ganhos de eficiência via integração das operações em vários países
- fortalecimento estratégico da rede mundial.

Com relação aos dois primeiros, geralmente resultam em filiais relativamente isoladas (*stand alone*), são filiais com integração fraca nos fluxos produtivos, tecnológicos e financeiros da rede mundial da matriz.

Nos dois últimos casos, a integração das filiais locais na estrutura mundial da matriz é mais intensa. Essas filiais participam mais intensamente dos fluxos produtivos da rede mundial (integração simples) ou assumem funções estratégicas produtivas, tecnológicas e de gestão para a rede (integração complexa).

No caso do Brasil, os investimentos estrangeiros na indústria de transformação foram atraídos pelas dimensões e pelo dinamismo do mercado interno. A coincidência do aumento dos investimentos estrangeiros com a recuperação da atividade econômica promovida pela estabilização sugere que o mercado doméstico continua sendo poderoso fator de atração. Além disso, cabe ressaltar a importância do MERCOSUL e também a existência de incentivos fiscais e financeiros que promovem a produção e o investimento em setores ou locais selecionados.

CONCLUSÃO

Como vimos, a reestruturação produtiva e o investimento direto estrangeiro estão ligados à estabilização e ao seu formato.

Neste sentido, este plano que se apoiou na manutenção de elevadas taxas de juros conjuntamente com um câmbio apreciado levou a indústria a apresentar significativas diferenças setoriais. Não se pode negar que o Plano obteve sucesso na execução de seu objetivo principal que foi o controle inflacionário.

De um lado, com um câmbio apreciado o aumento na pauta de importações não acompanhado pelo desempenho das exportações levaram-nos a déficits crescentes na Balança Comercial. Por outro, a expansão do mercado doméstico graças ao controle da inflação, trouxe de volta o interesse de empresas estrangeiras investirem no Brasil, orientando os seus investimentos para as atividades que apresentaram maior crescimento: bens de consumo duráveis e não-duráveis. Isto permitiu a reinserção local nos fluxos expansivos das grandes empresas com atividades mundializadas, sobretudo as que estão no coração do oligopólio mundial (Chesnais, 1996).

De uma forma geral, pode-se dizer que a grande parte dos investimentos se dão na produção de bens de consumo, mas há por outro lado um desincentivo em toda a retaguarda produtiva (bens de capital, grande parte dos insumos básicos e componentes). Dentro deste contexto, não se pode ignorar a contribuição do processo de abertura e também da estabilização de preços na qual a economia brasileira esteve envolvida.

Todas essas informações levam-nos a formular algumas questões e mais que isso buscar respostas para as mesmas. Para isso, conforme será visto a seguir, pretende-se a partir do desenvolvimento desta pesquisa empírica, estudar o comportamento de uma amostra grande de empresas com atividades no Brasil e verificar como os investimentos feito por elas vem determinando a posição do Brasil no mundo.

II - OS DADOS

Esta etapa busca descrever todas as atividades desenvolvidas e os resultados iniciais obtidos. Primeiramente, será descrito como se deu o processo de construção da base de dados básica que contém as empresas que serão trabalhadas. Descrito este procedimento,

serão mostrados os primeiros resultados dessa pesquisa: qual é a participação dessas empresas nos fluxos comerciais totais do Brasil, o grau de concentração por principal país de origem (caso das importações) e o grau de concentração por principal país de destino (caso das exportações).

Finalmente, será apresentado a constituição de um grupo econômico para que se possa visualizar se as empresas que fazem parte desse grupo têm operações comerciais relevantes.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS

Esta etapa, que já se encontra na sua fase final de execução, consiste na construção de um banco de dados contendo as maiores empresas importadoras e exportadoras do Brasil nos anos de 1989 e 1997.

A partir das 100 maiores empresas exportadoras e importadoras dos referidos anos, deu-se início ao processo de construção do banco de dados. Estas empresas foram retiradas de duas fontes diferentes: arquivos magnéticos da SECEX - continham as razões sociais das empresas bem como os seus respectivos CGCs - e também publicação anual da SECEX - publicação esta que continha a razão social de cada empresa e o seu respectivo valor referente ao fluxo comercial). Com essas 400 empresas, fez-se uma consolidação e se chegou a uma amostra com cerca de 260 empresas.

Cada uma dessas empresas começaram a ser classificadas de acordo com a origem do seu capital, explicitando qual é a sua matriz. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se como referência o Guia Interinvest (8ª edição) e também dados da Balança Comercial Brasileira de Dezembro de 1997, (SECEX) e Atlas Financeiro do Brasil.

Algumas dessas empresas, devido ao fato de terem sido fundidas ou mesmo vendidas nos últimos dois anos, não constavam nas fontes utilizadas para a pesquisa. Dessa forma, algumas vezes, tornou-se necessário recorrer aos *sites* dessas empresas na Internet para a obtenção das informações que faltavam.

O objetivo último dessa classificação é se chegar a um rol de empresas classificadas, verificando se o seu controle é nacional ou estrangeiro, identificando-se o país de origem do capital controlador. É importante ressaltar que desde que o trabalho foi iniciado algumas dificuldades foram encontradas para a classificação:

- algumas empresas já consolidadas apresentaram problemas de dupla contagem devido basicamente à razões sociais diferentes;

- problemas referentes ao tipo de ações. Foi muito comum no decorrer da classificação encontrarmos empresas com ações preferenciais, tipo A, B e C. Para a solução dessa questão entrou-se em contato com a Comissão de Valores Mobiliários que nos forneceu a informação de que esta classificação é inerente a cada empresa, não havendo uma regra geral de classificação para todas as empresas.

Quando em alguma das empresas surgiu o problema de haver várias empresas fazendo parte da matriz e apenas um deles desenvolver o mesmo tipo de atividade da empresas em questão, todas as outras serão eliminadas e ficará apenas com esse que faz parte do mesmo setor. No entanto, quando todos eles pertencerem ao mesmo setor de atividade pesquisar-se-á cada um deles para que se defina qual o país de origem ou países de origem controlador (es).

A listagem com as empresas já classificadas embora ainda não revisadas se encontra no Anexo I ao final deste relatório.

RESULTADOS PARCIAIS

Para a obtenção dos resultados que serão mostrados a seguir, trabalhou-se com a base de dados fornecida pela SECEX, que contém todas as informações referentes às operações de importações e exportações para os anos de 1989 e 1997. Por se tratar de um grande arquivo de dados, utilizou-se o software SPSS, já que outros softwares encontrados no mercado como Excel e Access não permitem que se trabalhe com um número tão grande de registros.

A partir dessa amostra final de empresas pode-se constatar que elas respondem por uma parcela significativa nos fluxos comerciais do Brasil.

TABELA 3
 PARTICIPAÇÃO (%) NOS FLUXOS COMERCIAIS
 SOBRE O COMÉRCIO TOTALNO PAÍS

Exportações (1989)	29.08
Exportações (1997)	56.14
Importações (1989)	28.1
Importações (1997)	48.35

Fonte: Dados SECEX, elaboração própria

Os dados da tabela acima mostram que as empresas que fazem parte da classificação, em 1989 eram responsáveis por cerca de 29,08% de nossas exportações e saltaram no ano de 1997 para cerca de 56,2%, uma variação de aproximadamente 93,1%, o que ratifica a importância dessas empresas em nosso país. Com relação às importações a variação também foi significativa, embora num patamar um pouco menor, havendo também um aumento de cerca de 72.1%. Esse resultado, porém pode mudar quando se estudar a parcela de contribuição dessas empresas segundo a sua origem: nacionais ou estrangeiras.

Um outro cálculo que se desenvolveu refere-se ao grau de concentração para cada uma delas (veja anexo II). Este grau de concentração foi calculado levando-se em conta o valor da maior operação comercial (importação ou exportação) dividido pelo valor total de todas as operações comerciais (importação ou exportação) dessas empresas. O que se pretende é verificar com qual país estas empresas mantêm maiores relações comerciais. O coeficiente médio para os anos em questão encontra-se na tabela abaixo:

TABELA 3
 COEFICIENTE MÉDIO - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES (1989 E 1997) %

Exportações (1989)	28.79
Exportações (1997)	27.16
Importações (1989)	24.16
Importações (1997)	19.72

Fonte: Base de Dados SECEX. elaborado conjuntamente com os membros desse Projeto de pesquisa

Este coeficiente médio foi obtido levando-se em consideração o grau de concentração para cada empresa que teve algum tipo de operação (importação ou exportação) e daí calculou-se o coeficiente médio (veja Anexo II).

Esta tabela mostra que tanto para as operações de importação quanto para as de

exportação, os coeficientes diminuíram de 1989 para 1997. Esta diminuição (5,66% no caso das exportações e 18,38% no caso das importações) pode ser explicado devido ao fato de que com a globalização, as empresas tornaram-se mais versáteis, no sentido de que elas não concentram mais as suas operações com apenas um país. Conforme apresentado na revisão bibliográfica, essas empresas possuem liberdade de movimentos e por isso, operações que antes se concentravam em um determinado país, hoje descentralizaram-se criando novos vínculos comerciais com as suas filiais, das suas filiais entre si, bem como para outras empresas que não fazem parte do grupo econômico.

Para o próximo relatório pretende-se desagregar esses dados e obter valores para as empresas nacionais e para as estrangeiras da amostra. Somente assim poder-se-á verificar se as importações apresentam valores maiores que os das exportações. Se isso realmente ocorrer concluir-se-á que essas empresas vendem para “n” lugares diferentes, mas em geral compram de empresas que fazem parte do seu grupo econômico e realizam de forma cada vez mais intensa o chamado comércio intrafirma.

III- OUTRAS ATIVIDADES

Com vistas a melhorar a utilização dos recursos físicos de que o GEEIN dispõe, foram realizados levantamentos de preços de alguns equipamentos de informática (computadores, impressoras), assinaturas de jornais especializados (Gazeta Mercantil, Financial Times). Todos estes recursos já estão sendo providenciados com a liberação de uma ajuda concedida pela própria FAPESP.

Além disso, para manipular a grande base de dados -SECEX que será utilizada durante toda a pesquisa, realizou-se um curso de microinformática para o estudo do instrumental SPSS.

Estão sendo solicitados a todas empresas cujo controle de capital é estrangeiro, os “Annual Report”. Os pedidos estão sendo feitos via *e-mail* e correspondência postal. Vale ressaltar que muitos desses relatórios já se encontram em poder do Grupo de Estudos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Chesnais, F., A mundialização do capital, tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996.

Bielschowsky, R., Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do Real: o mini-ciclo de modernizações, 1995-97, 1998.

Coutinho, L., “A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização” in Velloso, J.P.R, Brasil: Desafios de um País em Transformação, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1997.

Dunning, J., Explaining international production, London, Unwin Hyman, 1998.

Laplane, M. F.; Sarti, F., Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90, Revista Economia e Sociedade, Campinas, 1997.

Atlas Financeiro do Brasil

SECEX, Balança Comercial, 1998

Guia Interinvest, Rio de Janeiro, Editora Interinvest, 1994